

PLANO DE INTEGRIDADE E BOAS PRÁTICAS



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO RUA ALFREDO MAIA, 218 – LUZ SP – TEL. 11 – 3315-3000



Sumário

1.	INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE INTEGRIDADE	3
1.1.	Versão do Plano de integridade	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	3
3.	COMPROMISSOS DA ALTA ADMINSTRAÇÃO	3
3.1.	Administração CBPM	4
3.2.	Organograma da CBPM	5
3.3.	Responsáveis pela implementação do Programa de Integridade e	
Boas	Práticas na unidade	6
4.	INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE	6
5.	MISSÃO, VISÃO, VALORES INSTITUCIONAIS	7
6.	RELACIONAMENTO COM TERCEIROS	7
7.	GESTÃO DE RISCO	8
7.1.	Matriz de Risco	9
7.2.	Plano de ação	15



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO





1. INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE INTEGRIDADE

1.1. Versão do Plano de integridade

Nº da versão/revisão do Plano: Versão 01 Data de Elaboração: 02 de abril de 2025

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Nome: Caixa beneficente da Polícia Militar

Sigla: CBPM

Endereço: Rua Alfredo Maia, 218 - Luz, São Paulo, SP

Contato: (11) 3315-3000

3. COMPROMISSOS DA ALTA ADMINSTRAÇÃO

A alta administração da CBPM reafirma seu comprometimento com a implementação, acompanhamento e aprimoramento do Programa de Integridade e Boas Práticas, buscando assegurar uma cultura organizacional pautada na ética, transparência e responsabilidade institucional. As diretrizes fundamentais incluem:

- Promoção da Cultura de Integridade: Desenvolver um ambiente organizacional que valorize a ética e a governança.
- Supervisão Contínua: Monitoramento das políticas e medidas adotadas.
- Alocação de Recursos: Destinação de meios humanos e materiais para garantir a efetividade do programa.
- Compromisso com a Transparência: Divulgação de informações relevantes sobre integridade e conformidade.

Para desenvolvimento do Programa de Integridade e Boas Práticas faz-se de suma importância o comprometimento de todos os envolvidos em particular o comprometimento dos dirigentes da autarquia.

Por essa razão, a administração da CBPM compromete-se a:



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



RUA ALFREDO MAIA, 218 – LUZ SP – TEL. 11 – 3315-3000

- Promover e incentivar a cultura de integridade entre os públicos interno e externo, destacando sua relevância para a autarquia e enfatizando a responsabilidade de colaboradores, prestadores de serviço e demais partes interessadas;
- ✓ Apoiar institucionalmente todas as etapas e iniciativas associadas à implementação do Programa de Integridade;
- ✓ Adotar uma postura exemplar e ética, garantindo que todos os colaboradores, terceirizados e prestadores de serviço da autarquia observem os mesmos padrões de conduta;
- ✓ Supervisionar a implementação das políticas e diretrizes de integridade, assegurando a alocação adequada de recursos humanos e materiais para seu desenvolvimento e monitoramento contínuo;
- ✓ Designar uma equipe permanente, responsável pela gestão e aprimoramento do Plano de Integridade e Boas Práticas, garantindo a eficácia das medidas adotadas.

3.1. Administração CBPM

SUPERINTENDÊNCIA

LEVI CLEMENTE DOS SANTOS Coronel PM

CHEFIA DE GABINETE

MÔNICA PULITI DIAS FERREIRA Coronel PM

ASSESSORES TÉCNICOS

AT - 1 SAÚDE EDUARDO HENRIQUE BRICIUG MARTINEZ Coronel PM

AT - 2 FINANÇAS MÁRCIO CECÍLIO FRASSON Tenente Coronel PM



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



RUA ALFREDO MAIA, 218 – LUZ SP – TEL. 11 – 3315-3000

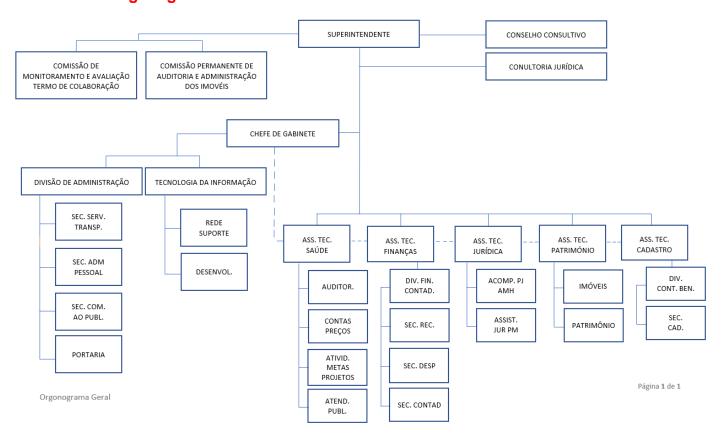
AT - 3 JURIDICO LUCIANE SORAYA PEREIRA DIAS Tenente Coronel PM

AT - 4 PATRIMÔNIO DONIZETE AREIS SOARES Major PM

AT - 5 CADASTRO EDUARDO HENRIQUE BRICIUG MARTINEZ Coronel PM

CONTROLLER JEFERSON BASSAN

3.2. Organograma da CBPM





CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO





3.3. Responsáveis pela implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas na unidade

Conforme portaria CBPM nº 059/01/2023, o superintendente da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, realiza a designação dos colaboradores, membros da Unidade de Gestão de Integridade (UGI), com a finalidade de garantir as atribuições previstas no artigo 7º do Decreto nº 67.683, de 03 de maio de 2023:

Coordenadora da UGI

✓ MÔNICA PULITI DIAS FERREIRA, Coronel PM - Chefe de Gabinete

Demais Membros

- ✓ DONIZETE AREIAS SOARES Major PM - Assessor Técnico
- ✓ CARLA DANIELA PASCOAL RICIATI Diretora II, Diretora da Divisão de Administração
- ✓ EDUARDO HENRIQUE BRICIUG MARTINEZ Coronel PM - Assessor Técnico Na qualidade de substituto eventual, para os impedimentos legais, de qualquer um dos acima indicados.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPM) é uma autarquia pública estadual, instituída em 1905 e vinculada à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Nos termos da Lei nº 452/74, a CBPM tem como principal missão assegurar a prestação de assistência médico-hospitalar a familiares de policiais militares. Os beneficiários abrangem os dependentes de policiais militares da ativa e da reserva, assim como pensionistas.



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO





A CBPM busca constantemente aprimorar seus serviços e parcerias, promovendo transparência na gestão dos recursos, eficácia na administração e comprometimento com a excelência no atendimento aos seus beneficiários.

5. MISSÃO, VISÃO, VALORES INSTITUCIONAIS

A CBPM tem como missão, visão e valores:

Missão:

Prover ao militar do Estado o conjunto de direitos, serviços e ações nos assuntos referentes a Defesa Jurídica Funcional, a Habitação e prover Assistência Médica e Hospitalar aos dependentes e pensionistas.

Visão:

Ser referência para os militares do Estado pela excelência em proteção social ao proporcionar amparo à saúde de seus familiares, segurança jurídica e promoção de direitos. Ser referência também, em prestação de serviço social no Estado de São Paulo.

Valores:

Acreditamos na ética, transparência, diligência, justiça, inovação, trabalho em equipe e foco no Militar do Estado.

6. RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

Os principais parceiros:

Centro Integrado de Apoio Financeiro da Polícia Militar (CIAF-PM), órgão da Polícia Militar do Estado de São Paulo responsável pelo gerenciamento da folha de pagamento dos militares do serviço ativo e processamento dos descontos previdenciários e de contribuição para a assistência médico-hospitalar.

São Paulo Previdência **(SPPREV)** é uma autarquia instituída pela Lei Complementar nº 1.010, de 1 de junho de 2007, responsável pelo Sistema de



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO





Proteção Social dos Militares e Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, que administra o pagamento das pensões e aposentadorias da administração direta e indireta do Estado de São Paulo, onde ocorre o gerenciamento da folha de pagamento e os referidos descontos dos PM inativos e pensionistas.

O **Hospital Cruz Azul São Paulo**, instituição filantrópica fundada em 1925 e que por força da Lei 452/74 e Decreto 5.376/74 presta o serviço médico-hospitalar aos dependentes dos militares do Estado e pensionistas.

7. GESTÃO DE RISCO

Matriz de risco é uma ferramenta utilizada em gerenciamento de projetos e gestão de riscos para avaliar e visualizar os diversos riscos associados a uma atividade ou projeto. Ela é uma representação gráfica que auxilia no entendimento da probabilidade e o impacto de diferentes rotinas, permitindo uma melhor tomada de decisões para mitigar esses riscos.

A matriz de risco é composta por duas dimensões principais:

Probabilidade: Refere-se à chance de um risco ocorrer. É representada por uma escala numérica:

- 1 Baixo
- 2 Média
- 3 Alto

Impacto: Representa as consequências e o impacto que um risco pode ter na atividade caso ocorra. O impacto pode ser avaliado em termos financeiros, de cronograma, compromisso, segurança, entre outros aspectos. Semelhante à probabilidade, o impacto é classificado em categorias:

- 1 Baixo
- 2 Média
- 3 Alto



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



RUA ALFREDO MAIA, 218 – LUZ SP – TEL. 11 – 3315-3000

Ao cruzar essas duas dimensões em uma matriz, você obtém diferentes zonas que ajudam a classificar os riscos:

- **Zona de Risco Baixo:** Riscos com baixa probabilidade e baixo impacto (verde).
- Zona de Risco Médio: Riscos com probabilidade e impacto média (amarelo).
- Zona de Risco Alto: Riscos com alta probabilidade e alto impacto (vermelho).

	latuia da	PRO)BABILIDA	ADE
IV	latriz de Risco	Baixo	Médio	Alto
	Misco	1	2	3
10	Alto 3	3	6	9
AC	Médio ²	2	4	6
IMP	Baixo 1	1	2	3

Além de ajudar na identificação e classificação de riscos, a matriz de risco também auxilia na definição de estratégias para lidar com eles. Conforme a zona em que um risco foi classificado, é desenvolvido um plano de ação com prazos e responsáveis, com a finalidade de mitigar os riscos com probabilidade e impacto mais significativos.

7.1. Matriz de Risco

Para o desenvolvimento da matriz de risco da CBPM, foram realizadas reuniões com gestores e colaboradores envolvidos no processo com a finalidade de identificar e classificar os riscos, bem como a definição do plano de ação e seus respectivos responsáveis e prazos.



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



RISCO REFERENTE AO PROGRAMA DE INTEGRIDADE												
ID	DESCRIÇÃO DO RISCO	CONTROLES IDENTIFICADOS					D. IMPACTO PRO					
Licitações/Contratações e gestão de contratos												
R01	Ausência de segregação de função	assim em todas as etapas dos processos. Para a gestão dos contratos, quem faz a medição não aprova, quem faz o <i>input</i> do pagamento não realiza a aprovação.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio				
R02	Contratação direta de bens e serviços	Existe uma rotina de segregação de função. Nos processos de contratação direta de bens e serviços, são verificados os valores totais para que não ultrapassem os limites legais. Para uma contratação direta são obedecidas as rotinas de	1	Baixa	3	Alta	3	Médio				
R03	Erro na elaboração do Edital e Termo de Referência	aprovações do setor de finanças e dirigente da UGE. São realizadas rotinas de conferências segmentadas, e aprovação da versão final do edital e termo de referência pela Chefia de Gabinete. São realizadas as verificações conforme orientações do Estado, modelos disponibilizados na BEC.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio				
R04	Elaboração do preço de referência da licitação fora dos padrões adotados no mercado	Como prática para formação de preço de referência, a CBPM utiliza as informações disponibilizadas pelo CADTERC (para	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo				
R05	Falta de memória de cálculo para a formação dos preços de referências das licitações	Como prática para formação de preço referência a CBPM utiliza as informações disponibilizadas pelo CADTERC. Na definição do valor estimado, para aquisição de materiais e serviços comuns, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo				
R06	Critério de avaliação e adjudicação das propostas	Como procedimento padrão a avaliação ocorre pelo responsável do certame e sua equipe de apoio nomeada pelo dirigente da UGE. A adjudicação das propostas é realizada diretamente pelo(a) dirigente.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo				



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



R07	Falta de acompanhamento na gestão e fiscalização dos contratos	Para todos os contratos assinados pela CBPM existem seus respectivos gestores e fiscais, seguindo o contido no Decreto nº 68.220/2023. As ações realizadas pertinente às cláusulas contratuais são submetidas e aprovadas pelos respectivos Assessores Técnicos e Chefia de Gabinete.	o 1 Baix		3	Alta	3	Médio
R08	Aditivo contratual sem as devidas justificativas e aprovações	Na necessidade de aditivos contratuais, os casos são justificados pelo gestor e fiscal do contrato e aprovados pelos respectivos Assessores Técnicos e Chefia de Gabinete. São seguidas fielmente as orientações dos pareceres referenciais da Consultaria Jurídica.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R09	Contratação de empresa inidônea	São realizadas as verificações conforme orientações do Estado, modelos disponibilizados no CADTERC. O modelo de Edital já prevê as documentações e os portais que devem ser consultados. As consultas são realizadas na Divisão Administrativa (DA) e	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
R10	Contratação de empresas com irregularidade fiscal	equipe de apoio da licitação. São realizadas as verificações conforme orientações do Estado, modelos disponibilizados no CADTERC. O modelo de Edital já prevê as documentações e os portais que devem ser consultados. As consultas são realizadas na Divisão Administrativa (DA) e	ados no CADTERC. O modelo de ções e os portais que devem ser 1 Baixa					
R11	Processo de contratação sem a devida disponibilidade orçamentária	equipe de apoio da licitação. São verificadas no SIAFEM a disponibilidade de recurso financeiro antes do início do processo de contratação.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R12	Falta de publicidade do edital	Os editais são publicados no portal nacional de contratações públicas e no Diário Oficial do Estado — DOE e jornal de grande circulação. As portarias editadas pelo Superintendente são publicadas em DOE e passam por diversos níveis de conferência. Tanto o site da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado (CBPM) quanto dos eventuais parceiros têm espaço exclusivo para fins de Transparência, respeitando normas vigentes e também são publicados no Portal da Transparência do Estado com rotina de verificação Mensal.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R13	Falta de garantia contratual	São previstos nos editais o recolhimento da garantia pela empresa contratada. O controle é realizado na área administrativa e financeira.	1	Baixa	2	Média	2	Baixo



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



R14	Controle das medições e seus respectivos pagamentos.	respectivos 2		Média	2	Média	4	Médio
Patri	mônio e Materiais - Control	e de Estoque						
R15	Utilização inadequada de materiais e equipamentos	Os equipamentos e materiais disponibilizados pela CBPM são destinados aos colaboradores para o desenvolvimento de suas rotinas de trabalho. Os equipamentos são controlados de forma individual bem como suas respectivas prestações de conta.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R16	Falta de controle da custódia de equipamentos		1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
R17	Bens da CBPM não patrimoniados							Baixo
R18	Bens da CBPM não localizados	São realizados inventários recorrentes nas dependências da CBPM. Os inventários ocorrem de forma agendada e não programada (de "surpresa").	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R19	Falta de controle na entrada de estoques de materiais	No Sistema de Administração de Material (SAM), o módulo de gerenciamento de estoque, é utilizado com a finalidade de realizar os controles de entradas e saídas de materiais de estoque.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
R20	Falta de controle na saída de estoques de materiais	O módulo de gerenciamento de estoque do SAM é utilizado com a finalidade de realizar os controles de entradas e saídas de materiais de estoque.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
Recu	irsos Humanos							
R21	Acesso indevido a dados e às dependências da Autarquia por excolaboradores e exprestadores de serviço. Na CBPM conta com Procedimentos Administrativos Padrão-PAP e Instruções Técnicas (IT) disciplinando os processos e rotinas de inclusão e exclusão de colaboradores e de credenciamento de acessos e perfil de navegação nos sistemas da autarquia.		1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R22	Valores pagos a maior com benefícios aos colaboradores	A CBPM conta com relógio de ponto. Para os pagamentos dos benefícios são conferidos dias trabalhados, caso seja identificada alguma divergência, os valores são ajustados no mês subsequente.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
R23	Descumprimento de horários	A CBPM conta com relógio de ponto e catraca com controle de acesso na portaria. Caso ocorra alguma falta ou atraso não justificado os valores das horas são descontados no mês subsequente.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



R24	Risco da existência de funcionários "fantasmas"	A CBPM conta com relógio de ponto e catraca com controle de acesso na portaria. Não são realizados pagamentos de proventos sem certificação da rotina de registro de horário dos funcionários.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
R25	Pressão interna ou externa para influenciar colaboradores — Pressões explícitas ou implícitas, que podem influenciar indevidamente atuação do agente público	A CBPM conta com a hierarquia a fim de evitar pressões internas e externas. Os colaboradores são instruídos a procurar o chefe imediato ou a alta administração para relatar qualquer caso de pressão.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R26	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados, em benefício próprio ou de terceiros.	Os colaboradores são instruídos a procurar o chefe imediato ou a alta administração para relatar qualquer caso de abuso.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R27	Conflito de Interesse – Lei n° 12.813/2013 - Situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados.	Existem canais que os colaboradores ou fornecedores podem	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R28	Assédio moral e sexual	São realizadas companhas internas com a finalidade de expressar que a alta administração da CBPM não compactua com assédio. Caso ocorra alguma situação, os colaboradores são instruídos a procurar seu chefe imediato ou um superior hierárquico. São disponibilizadas na intranet as cartilhas e materiais produzidos pela CGE.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
Aces	so à Informação							
R29	Atendimento presencial ou não de cidadãos no SIC.	O SIC é coordenado pela chefia de gabinete, e está disponibilizado no site da autarquia o endereço eletrônico cbpm@sic.sp.gov.br ou o atendimento pode ser realizado de forma presencial.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
R30	Fornecimento de informações no âmbito do direito previsto na Lei nº 12.527/2011.	disponibilizado no site da autarquia o endereço eletrônico	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
Tecn	ologia e Informação							



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



R31	Não aderência da LGPD lei 13.709/2018	A autarquia segue todas as exigências estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de dados, incluindo publicação da política de privacidade (Portaria nº CBPM-030/01/2021). Possui Termo de Responsabilidade do Uso de Login/Senha do E-mail Corporativo – CBPM, elaboração do Relatório de Impacto de Proteção de Dados – RIPD e Procedimentos Administrativos Padrão regulando estes processos.	1	Baixa	1	Baixa	1	Baixo
R32	Ausência de controle na divulgação de informações sigilosas	A autarquia possui o "Termo de Confidencialidade e Sigilo de Informações-CBPM", visando a ciência e adesão a Política de segurança da informação e privacidade da Autarquia e Certificado de Segurança – SSL- (Secure Sockets Layer).	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R33	Permissões e acessos indevidos de pessoas ao sistema da CBPM	A autarquia possui "Termo de Responsabilidade do Uso de Login/Senha do E-mail Corporativo -CBPM", visando a ciência e adesão a Política de Segurança da Informação e Privacidade da Autarquia. Possui Procedimento Administrativo Padrão-PAP e Instruções Técnicas (IT) disciplinando os processos e rotinas de inclusão e exclusão de novos colaboradores e de credenciamento de acessos e perfil de navegação nos sistemas da autarquia. Possui Certificado de Segurança – SSL- (Secure Sockets Layer).	1	Baixa	2	Média	2	Ваіхо
R34	Inserção de dados falsos ou incorretos no sistema	A CBPM possui controle de permissões sistêmicas para somente as áreas responsáveis pela informação terem acesso aos dados. Existe geração de Log de alterações no sistema e dados Pessoais dos titulares. Existe orientação para o setor responsável realizar alterações somente com documentação de suporte do titular dos dados. É realizado Treinamentos e Capacitação inicial dos colaboradores e reciclagem periódica.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R35	Acesso à rede por pessoas não autorizadas	A Autarquia possui Procedimento Administrativo Padrão-PAP e Instruções Técnicas (IT) disciplinando os processos e rotinas de inclusão e exclusão de novos colaboradores e de credenciamento de acessos e perfil de navegação nos sistemas da autarquia.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R36	Perda ou roubo de dados e informações no de Colaboração	Possui ainda sistema de Active Directory (AD). A Autarquia possui: Controle de acesso físico ao ambiente computacional; Arquivos físicos com controle de acesso; Rotina de backup e Restore; Solução de Antivírus Kaspersky; Solução de Firewall; Active Directory.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



RUA ALFREDO MAIA, 218 – LUZ SP – TEL. 11 – 3315-3000

R37	Ausência de Objeto e diretrizes do Termo de Colaboração vigente	Os ajustes firmados pela Autarquia por meio de Termo de Colaboração são complementados por Plano de Trabalho que contém objeto, diretrizes, metas e indicadores que são acompanhados mensalmente.	1	Baixa	2	Média	2	Baixo
R38	Falta de ferramentas que permitam o gerenciamento e aferição da execução do Termo de Colaboração Nº CBPM 001/01/2020	Os ajustes firmados pela Autarquia por meio de Termo de Colaboração são complementados por Plano de Trabalho nos quais estão previstas as metas qualitativas e quantitativas, as quais são aferidas mensalmente.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R39	Falta de ferramentas de fiscalização do emprego das verbas vinculadas ao ajuste de prestação de serviço de Assistência médico-hospitalar realizado pelo Hospital Cruz Azul	A Autarquia recebe as prestações de contas mensal e anual, conforme cronograma estabelecido com a entidade parceira e realiza a avaliação do material seguindo as regras legais e instruções do TCE/SP. Ao longo do exercício são realizadas diversas visitas técnicas in loco e reuniões de alinhamentos para tratar problemas pontuais e sugestões de melhorias contínuas ao termo de colaboração.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R40	Ausência de controles independentes que permitam a fiscalização dos recursos envolvidos na prestação de serviço de Assistência médicohospitalar realizado pelo Hospital Cruz Azul	A Autarquia possui contrata regularmente os seguintes serviços: • Auditoria médica independente; • Pesquisa de satisfação.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio
R41	Descumprimento de prazos de Rotinas dos Órgãos de Controle e Fiscalização do Estado	A CBPM possui agenda de cronologia com os respectivos responsáveis para o gerenciamento das entregas, conforme Instruções Normativas 01/2024 do TCE-SP, incluindo: Reuniões internas de Alinhamento; Entrega de documentos ao órgão de fiscalização externa; Consulta Periódica ao site do TCE-SP. As atualizações são informadas à alta administração e as medidas decorrentes a serem providenciadas.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio

7.2. Plano de ação

No plano de ação da matriz de risco são tratadas as estratégias de forma detalhada com os responsáveis e prazos para atuar nos riscos identificados com probabilidade e impacto mais significativos. A finalidade é mitigar e/ou controlar os riscos de maneira eficaz.



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



RUA ALFREDO MAIA, 218 – LUZ SP – TEL. 11 – 3315-3000

RISCO REFERENTE AO PROGRAMA DE INTEGRIDADE												
				RI	sco			PLANO DE TRATAMENT	O DOS RISCOS			
ID	DESCRIÇÃO DO RISCO	PROBABILID.		IMPACTO PROB.(x)				AÇÕES (QUANDO APLICÁVEL)	RESPONSÁVEL	PRAZO		
R25	Pressão interna ou externa para influenciar colaboradores – Pressões explícitas ou implícitas, que podem influenciar indevidamente atuação do agente público	1	Baixa	3	Alta	3	Médio	Estabelecimento de prática sistemática acerca da conscientização dos servidores sobre o tema da integridade, com ênfase no Código de Ética da Autarquia e acesso a alta administração.	Chefia de Gab.	Contínuo		
R26	Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados, em benefício próprio ou de terceiros.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio	Estabelecimento de prática sistemática acerca da conscientização dos servidores sobre o tema da integridade, com ênfase no Código de Ética da Autarquia e acesso a alta administração.	Chefia de Gab.	Contínuo		
R27	Conflito de Interesse – Lei n° 12.813/2013 - Situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados.	1	Baixa	3	Alta	3	Médio	Estabelecimento de prática sistemática acerca da conscientização dos servidores sobre o tema da integridade, com ênfase no Código de Ética da Autarquia e acesso a alta administração.	Chefia de Gab.	Contínuo		
R28	Assédio moral e sexual	1	Baixa	3	Alta	3	Médio	Estabelecimento de prática sistemática acerca da conscientização dos servidores sobre o tema, com abordagem no Código de Ética da Autarquia e acesso a alta administração.	Chefia de Gab.	Contínuo		
R36	Perda ou roubo de dados e informações	1	Baixa	3	Alta	3	Médio	Ações Contingenciais: • bloquear todos os acessos internos e externos do ambiente comprometido; • isolar e Realizar backup do ambiente comprometido; • restaurar o último Backup valido, integro e seguro; • trocar as senhas de acesso físico e logico; • identificar possível responsável e origem da perda ou roubo de dados; • identificar o que foi perdido ou roubado; • analisar o grau de valor destas informações.	ТІ -АМН	24 h partir da constatação do incidente		

MÔNICA PULITI DIAS FERREIRA CEL PM - RESPONSÁVEL UGI CBPM